

Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.

**Demonstrações
contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2020

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.....	3
1.1. Estrutura Societária	3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	3
3. ATIVOS EM OPERAÇÃO	4
3.1. Subestação em operação	4
4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS	4
5. RECEITA ANUAL PERMITIDA	4
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	5
6.1. Resultado Econômico Financeiro.....	5
DISCLAIMER.....	5

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2020, a Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A

A Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão: instalação de transmissão localizadas no estado de São Paulo, compostas pelo Compensador Estático de Reativos (CER) de (-150/+300) Mvar na Subestação Fernão Dias; Conexão do CER; interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial.

Em 2020, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,95%. O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Em 2020, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Subestação em operação

Subestação	Círculo	Projeto de Subestação - Características Físicas			Regulação	Regulação
		Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)		
SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	-	500kV	-	N/A	11/02/2021	11/08/2047
<hr/>						
Subestação	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Regulação	Regulação	Regulação
SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	Neoenergia Atibaia	14.878	14.878	2023	Julho	IPCA

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Subestação	Projeto Subestação - Evolução Física e Investimentos			
	Evolução Física em 31/12/2019	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2019 (R\$ Mil)*	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2020 (R\$ Mil)*
SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	100%	55.502	100%	3.138

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por SE

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Companhia iniciou sua operação comercial em março de 2020. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2020/2021 é de R\$ 14.878 mil, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Subestação	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	14.604,02	14.878,24	14.878,24	14.878,24	14.878,24	14.878,24	14.878,24	14.878,24

Nota 1: Conforme orientação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, os valores de 2021 a 2026 foram mantidos em moeda constante de 31/12/2020, portanto, não foram reajustados pelo IPCA e/ou IGPM.

Nota 2: Os valores apresentados nos anos 2019 e 2020 se referem às RAP's homologadas para os ciclos dos referidos anos. Cada ciclo corresponde ao período: de julho do ano até junho do ano seguinte.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2020	2019	2020 X 2019	
			R\$	%
Receita Bruta	15.664	-	15.664	0%
Deduções da Receita Bruta	(1.635)	-	(1.635)	0%
Custo Não Gerenciável	-	-	-	0%
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	14.029	-	14.029	0%
Custo Gerenciável	(2.259)	(146)	(2.113)	1447%
Amortização / Depreciação	(2.493)	(3)	(2.490)	83000%
Resultado da Atividade	9.277	(149)	9.426	-6326%
EBITDA	11.770	(146)	11.916	-8162%
Resultado Financeiro	110	331	(221)	-67%
Lucro Antes dos Impostos	9.387	182	9.205	5058%
IR e CSLL	(520)	(24)	(496)	2067%
Lucro do Período	8.867	158	8.709	5512%

Em 2020 a Companhia iniciou sua operação comercial, portanto houve o recebimento de RAP e registro de receita bruta no montante de 15.664.

Os custos gerenciáveis registraram um incremento de 1447% no ano, quando comparado com 2019. Esta variação é principalmente pelo reflexo do aumento de despesas com pessoal. O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi positivo em 2020 em R\$110 mil, sendo R\$196 mil referentes a receitas financeiras e R\$86 mil referentes a despesas financeiras. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou Lucro de R\$8.867 mil e EBITDA positivo de R\$11.770 mil.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Atibaia, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Atibaia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Atibaia.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Atibaia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da
Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS ..	13
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS	14
1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	15
2. CONTEXTO OPERACIONAL	15
3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	19
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	20
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	21
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	22
8. FORNECEDORES	23
9. TRIBUTOS	23
10. ENCARGOS SETORIAIS	24
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25
13. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”	25
14. RESULTADO FINANCEIRO	26
15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	26
16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	27
17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	28

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Ativos			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.554	7.969
Concessionárias e permissionárias	6	1.894	
Tributos compensáveis		1.828	221
Despesas pagas antecipadamente		34	27
Instrumentos financeiros derivativos		-	4
Outros ativos circulantes		596	16
Ativo não circulante			
Tributos diferidos		127	58
Outros ativos não circulantes		31	38
Imobilizado	7	79.025	77.669
Intangível	7	1.020	18
Total do ativo		95.109	86.020
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	7	369	652
Obrigações sociais e trabalhistas		133	62
Instrumentos financeiros derivativos		-	131
Tributos	9	923	54
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		5.143	-
Encargos Setoriais		24	-
Outros passivos circulantes		284	37
Passivo não circulante			
Encargos Setoriais	10	57	-
Outros passivos não circulantes		61	11
Total do Passivo		6.994	947
Patrimônio líquido	11		
Capital social		84.883	84.883
Reservas de lucros		62.821	53.866
Lucros ou prejuízos acumulados		(66.518)	(53.592)
Outros resultados abrangentes		-	(84)
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		6.929	-
Total do patrimônio líquido		88.115	85.073
Total do passivo e do patrimônio líquido		95.109	86.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
Receita / Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão		15.664	-
Tributos		(1.448)	-
PIS-PASEP		(258)	-
COFINS		(1.190)	-
Encargos- Parcela "A"	10	(187)	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(140)	-
Taxa de fiscalização		(47)	-
Receita líquida / Ingresso líquido		14.029	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		14.029	-
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	13	(4.752)	(149)
Pessoal e administradores	13.1	(985)	(79)
Material		(129)	-
Serviços de terceiros		(503)	(59)
Arrendamento e aluguéis		(103)	-
Provisões líquidas -PCLD		(40)	-
Tributos		(59)	-
Depreciação e amortização		(2.493)	(3)
Outros gastos operacionais		(440)	(8)
Resultado da Atividade		9.277	(149)
Resultado Financeiro	14	110	331
Receitas financeiras		193	364
Despesas financeiras		(86)	(33)
Outros resultados financeiros, líquidos		3	-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		9.387	182
Despesa com impostos sobre os lucros		(520)	(24)
Lucro líquido do exercício		8.867	158
Lucro básico e diluído por ação – R\$:		0,10	0,002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ 27.848.099/0001-32
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS
 em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	8.867	158
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificação para o resultado:		
Participação sobre ajustes ao valor justo de <i>hedges</i> de fluxo de caixa	127	(1.067)
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	(43)	43
Outros resultados abrangentes	84	(1.024)
Resultado abrangente do exercício	8.951	(866)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. CNPJ 27.848.099/0001-32
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
 em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de Lucros							Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2019	27.481	203	3.039	806	940	-	(3.932)	28.537
Aumento de capital	61.920	-	-	-	-	-	-	61.920
Capital social para integralização	(4.518)	-	-	-	-	-	-	(4.518)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	158	158
Outros resultados abrangentes:						-		
Efeito de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(1.024)	-	-	(1.024)
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		2.490	-	-	-	-	(2.490)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	47.328	-	-	-	(47.328)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	84.883	2.693	50.367	806	(84)	-	(53.592)	85.073
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital social para integralização	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.867	8.867
Outros resultados abrangentes:								
Efeito de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	84	-	-	84
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	1.090	-	-	-	-	(1.090)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	8.673	-	-	-	(8.673)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	(806)	-	-	-	(806)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(5.100)	(5.100)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	6.929	(6.929)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	84.883	3.783	59.040	-	-	6.929	(66.517)	88.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 CNPJ 27.848.099/0001-32
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
 em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.867	158
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	2.493	3
Baixa de ativos não circulantes	6.534	-
Tributos sobre o lucro	520	24
Resultado financeiro, líquido	(110)	331
Outros	-	9
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(1.894)	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(280)	275
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	71	(46)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(61)	(185)
Outros ativos e passivos, líquidos	(351)	49
Caixa líquidos proveniente das operações	15.789	618
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(38)	-
Rendimento de aplicação financeira	203	-
Tributos sobre o lucro pagos	(1.984)	(33)
Caixa oriundo nas atividades operacionais	13.970	585
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(11.385)	(55.515)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(11.385)	(55.515)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	-	(341)
Aumento de capital	-	57.402
Caixa oriundo nas atividades de financiamentos	-	57.061
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	2.585	2.131
Caixa e equivalentes no início do período	7.969	5.838
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.554	7.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre agentes de governo, agentes públicos e privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do poder concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão: instalação de transmissão localizadas no estado de São Paulo, compostas pelo Compensador Estático de Reativos (CER) de (-150/+300) Mvar na Subestação Fernão Dias; Conexão do CER; interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial.

Na assembleia geral extraordinária realizada em 15 de outubro de 2019, o acionista aprovou a alteração de denominação social da Companhia, de EKTT13 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. para Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia iniciou sua operação comercial em março de 2020. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2020/2021 é de R\$ 14.878, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

2.1. Corona vírus (“Covid-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impactos nas demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

c) Medidas para resiliência operacional e financeira

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia: postergação do recolhimento de tributos relativo às competências de abril e maio 2020, tais como PIS (R\$37), COFINS (R\$170) e FGTS (R\$4) e INSS (R\$18), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$229. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerado por essas medidas durante o 2º semestre de 2020.

Além da medida acima indicada, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) doação de aparelhos respiratórios e máscaras;
- (ii) de forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeando de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2.2. Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

2.2.1. Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alguma competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneraram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2.2.2. Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação

2.2.3. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2020, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros.

2.2.4. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional</u>	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
Itaú	A1	AAA	AAA

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2.3. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/20 a 31/05/21	100.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/20 a 31/05/21	54.505
Responsabilidade Civil - Drones	16/06/20 a 16/06/21	561

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 16, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 9 de abril de 2021 as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações contábeis regulatórias estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.1.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

- 6 Perdas de crédito esperadas
- 16.2 Estimativa de valor justo de ativos financeiros

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil.

As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2020, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação compulsória. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social, quando aplicável.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	14	3
Fundos de investimento	10.540	7.966
	10.554	7.969

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Recebível	2020	
		Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias		1.934	(40)
		1.934	(40)
		1.894	1.894

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

Descrição	Valores Correntes									
	Corrente a vencer		Corrente Vencida					Provisão Devedores Duvidosos	Total 2020	Total 2019
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias				
Disponibilização do sistema de Transmissão	-	1830	51	32	21	-	(40)	1.894	-	-
Total	-	1830	51	32	21	-	(40)	1.894	-	-

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	81.447	81.447	81.447	(2.480)	78.967	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	11.739	11.739	11.739	(353)	-	-
Terrenos	-	-	-	69.624	69.624	69.624	(2.121)	-	-
Veículos	-	-	-	34	34	34	-	-	-
	-	-	-	50	50	50	(6)	-	-
Administração									
Máquinas e equipamentos	5	-	-	-	5	-	(3)	2	3
Subtotal	5			81.447	81.452	81.447	(2.483)	78.969	3
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Edificações, obras civis e benfeitorias	77.666	10.239	(6.522)	(81.447)	26	(42.614)	-	26	77.666
Máquinas e equipamentos	4.997	912	(934)	(11.739)	(6.764)	(11.717)	-	(6.764)	4.997
Terrenos	54.617	9.046	(57.400)	(57.400)	6.263	(48.354)	-	6.263	54.617
Móveis e utensílios	34	-	(34)	(34)	-	(34)	-	-	34
Veículos	3.490	-	(2.963)	(2.963)	527	2.953	-	527	3.490
Outros	14.528	321	(2.625)	(12.224)	-	14.528	-	-	14.528
Administração									
Máquinas e equipamentos	-	30	-	-	30	30	-	30	-
Subtotal	77.666	10.239	(6.522)	(81.447)	56	(77.610)	-	56	77.666
Total Ativo Imobilizado	77.671	10.359	(6.522)	-	81.508	3.837	(2.483)	79.025	77.669

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço									
Administração									
Softwares	11	-	-	63	74	63	(17)	57	6
	11	-	-	63	74	63	(17)	57	6
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão									
Softwares	12	1.026	(12)	(63)	963	951	-	963	12
Outros	12	-	(12)	-	-	(12)	-	-	12
Subtotal	23	1.026	(12)	(63)	1.037	1.014		1.020	18
Total Ativo Intangível	23	1.026	(12)	(63)	1.037	1.014	(17)	1.020	18

Por atividade, o imobilizado e o intangível está constituído da seguinte forma:

	2020				2019			
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido			
Em serviço								
Transmissão		81.447	(2.480)	78.967				
Custo histórico	4,02	81.447	(2.480)	78.967				
Administração		79	(20)	59				
Custo histórico	6,25	79	(20)	59				
		81.526	(2.500)	79.026				
Em curso								
Transmissão		26		26				
Administração		993		993				
		1.019		1.019				
		82.545	(2.500)	80.045				
					77.687			

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	3,13
Religadores	4,00
Administração central	
Equipamento geral	6,25

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra Própria	Outros Gastos	Total
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	912	-	-	-	912
Máquinas e Equipamentos	4.279	4.795	2	9.076	
A Ratear	24	-	233	64	321
Total das Adições	5.265	4.795	233	66	10.359

8. FORNECEDORES

	2020	2019
Materiais e serviços	369	652
Total	369	652

9. TRIBUTOS

	2020	2019
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	766	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	-	27
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	110	1
Instituto nacional de seguridade social - INSS	12	15
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	4	3
Imposto sobre serviços - ISS	1	1
Impostos e contribuições retidos na fonte	3	3
Outros	27	4
Total	923	54

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

10. ENCARGOS SETORIAIS

	2020	2019
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(10)	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(57)	-
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(8)	-
Ministério de Minas e Energia – MME	(6)	-
Total	(81)	-
 Circulante	 24	 -
Não circulante	57	-

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$84.883, sendo R\$89.401 subscrito e R\$4.518 a integralizar, dividido em 89.400.567 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	<u>Lote de mil ações</u>		
	Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	89.401	100,00%	84.883
Total	89.401	100,00%	84.883

11.2. Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	8.867	158
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	89.401	89.401
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,0992	0,0018

a) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício societário	21.792	49.818
Reserva legal	(1.090)	(2.490)
Lucro líquido ajustado	20.702	47.328
Destinação para reserva de lucros a realizar	(8.673)	(47.328)
Lucro líquido a distribuir	12.029	-
 Natureza da remuneração:		
Juros sobre o capital próprio	(5.100)	-
Dividendos adicionais propostos	(6.929)	-
	(12.029)	-
 Remuneração total por ação	0,07	-

Os valores pagos aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	2020	-
Saldo em 1º de janeiro		
Juros sobre o capital próprio distribuídos (¹)	5.100	
Imposto de renda retido na fonte	(765)	
Distribuição de dividendos	808	
Saldo em 31 de dezembro	5.143	

- (1) Em dezembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado juros sobre o capital próprio no montante de R\$5.100 a serem pagos até 31 de dezembro de 2021.

11.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

b) Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia.

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019	
Receita operacional			
Receita de transmissão – Rede Básica	15.664	-	
Deduções à receita			
PIS/COFINS	(1.448)	-	
Encargos- Parcela “A”			
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(140)	-	
Taxa de fiscalização	(47)	-	
	14.029	-	

13. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

	2020	2019	
Pessoal e administradores (nota 13.1)	(985)	(79)	
Material	(129)	-	
Serviços de terceiros	(503)	(59)	
Arrendamento e aluguéis	(103)	-	
Provisões líquida -PCLD	(40)	-	
Multas Regulatórias	(42)	-	
Tributos	(17)	-	
Depreciação e amortização	(2.493)	(3)	
Outras Gastos Operacionais	(440)	(8)	
Total custos	(4.752)	(149)	

13.1. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2020	2019	
Remuneração	(471)	(60)	
Encargos	(185)	(20)	
Previdência privada - Corrente	(31)	-	
Participação nos lucros e resultados - PLR	(168)	30	
Outros custos e despesas	(130)	(29)	
Total custos	(985)	(79)	

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

14. RESULTADO FINANCIERO

	2020	2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	203	374
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(10)	(17)
	193	357
Despesas financeiras		
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(3)	(14)
Outras despesas financeiras	(83)	(19)
	(86)	(33)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	3	6
	3	6
Resultado financeiro, líquido	110	330

15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

Em 29 de julho de 2020 a Aneel aprovou, através de despacho, à celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020.

Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu um custo incremental de R\$384.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações contábeis regulatórias são apresentados abaixo:

a) Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	2020
Ativo		
Contas a receber e outros	243	
Compartilhamento de pessoal	67	
	310	
Passivo		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(5.143)	
Compartilhamento de pessoal	(272)	
	(5.415)	

b) Transações com partes relacionadas

	2020		
	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do exercício			
Receita operacional, líquida	1.096	879	1.975
Despesas gerais e administrativas	(384)	-	(384)
	712	879	1.591

c) Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para especificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possuir acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Nível	2020		2019	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimo e recebíveis		67	67	-	-
Outros ativos financeiros		67	67	-	-
Mensurados pelo custo amortizado		1.934	1.934	-	-
Concessionárias e permissionárias		1.934	1.934	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	2	10.554	10.554	7.969	7.969
Caixa e equivalentes de caixa		10.554	10.554	7.969	7.969
Mensurado pelo valor justo por meio do resultado abrangente		-	-	4	4
Swap de taxa de juros e cambial		-	-	4	4
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		752	752	689	689
Fornecedores		369	369	652	652
Outros passivos financeiros		383	383	37	37
Mensurado pelo valor justo por meio do resultado abrangente		-	-	131	131
Swap de taxa de juros e cambial		-	-	131	131

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

(i) Instrumentos financeiros derivativos

NDF – Non-deliverable forwards

A metodologia para cálculo da marcação de mercado dos contratos de futuros de câmbio do Grupo, é conforme a seguir:

- Para compra de futuro de moeda:

$$M. Val = Notional Curr \times [1 \div m.rate - 1 \div contr.rate] \div FDt$$

- Para venda de futuro de moeda:

$$M. Val = Notional Curr \times [1 \div contr.rate - 1 \div m.rate] \div FDt$$

Onde:

Notional Curr = Notional contratado em moeda estrangeira

m.rate = taxa forward da moeda estrangeira na data do fixing contratual

contr.rate = taxa a termo contratada

FDt = fator de desconto da data do vencimento até a data de apuração.

16.2. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial) Cenário Provável	Cenário Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	10.541	200	(50)

17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Balanços patrimoniais

	Notas	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		14.906	13.525	28.431	8.237	10.512	18.749
Caixa e equivalentes de caixa		10.554	-	10.554	7.969	-	7.969
Contas a receber de clientes e outros		1.894	-	1.894	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	4	-	4
Tributos compensáveis		1.828	-	1.828	221	-	221
Concessão do serviço público (Ativo contratual)	17.1	-	13.525	13.525	-	10.512	10.512
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	27	-	27
Outros ativos circulantes		630	-	630	16	-	16
Ativo não circulante		80.203	106.946	187.149	77.783	70.597	148.380
Concessão do serviço público (Ativo contratual)	17.1	-	186.074	186.074	-	148.321	148.321
Tributos diferidos		127	(127)	-	58	(58)	-
Outros ativos não circulantes		31	-	31	38	-	38
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	17.1	79.025	(78.949)	76	77.669	(77.666)	3
Intangível		1.020	(52)	968	18	-	18
Total do ativo		215.580	120.471	215.580	86.020	81.109	167.129
Passivo							
Passivo circulante		6.876	-	6.876	936	-	936
Fornecedores		369	-	369	652	-	652
Obrigações sociais e trabalhistas		133	-	133	62	-	62
Tributos		923	-	923	54	-	54
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		5.143	-	5.143	-	-	-
Encargos Setoriais		24	-	24	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	131	-	131
Outros passivos circulantes		284	-	284	37	-	37
Passivo não circulante		54.071	53.954	54.071	11	27.517	27.528
Tributos		-	18.462	18.462	-	-	-
Encargos Setoriais		57	-	57	-	-	-
Tributos diferidos	17.2	35.491	35.491	35.491	-	27.517	27.517
Outros passivos não circulantes		61	-	61	11	-	11
Total do passivo		60.948	53.954	60.948	947	27.517	28.464
Patrimônio líquido							
Capital social		84.883	-	84.883	-	-	84.883
Outros resultados abrangentes		-	-	-	84.883	-	(84)
Reservas de lucros		-	-	-	(84)	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		62.821	-	62.821	53.866	-	53.866
Lucros (prejuízos) Acumulados	17.3	6.929	-	6.929	-	-	-
Total do patrimônio líquido		(66.517)	(66.517)	-	(53.592)	53.592	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		154.633	66.517	154.633	85.073	53.592	138.665
		215.580	120.471	215.580	86.020	81.109	167.129

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstrações dos resultados

	Notas	Regulatório	2020	Ajustes	Societário	Regulatório	2019	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso			15.664		40.241		-	129.246	129.246
Disponibilização do sistema de transmissão	17.1	15.664	24.577	40.241		-	129.246	129.246	
Outras receitas vinculadas									
Tributos		(1.448)	(2.274)	(3.722)		-	-	-	
PIS-PASEP	17.2	(258)	(406)	664		-	-	-	
Cofins	17.2	(1.190)	(1.868)	3.058		-	-	-	
Encargos - Parcada "A"		(187)		(187)		-	-	-	
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(140)		(140)		-	-	-	
Taxa de fiscalização		(47)		(47)		-	-	-	
Receita líquida		14.029	22.303	36.332		-	129.246	129.246	
Resultado antes dos custos gerenciáveis		14.029	22.303	36.332					
Custos gerenciáveis - Parcada "B"		(4.752)	(1.357)	(6.109)		(149)	(54.003)	(54.152)	
Pessoal e administradores		(985)	17	(968)		(79)	-	(79)	
Material		(129)	(770)	(898)		-	-	-	
Serviços de terceiros		(503)	4	(499)		(59)	-	(59)	
Arrendamento e alugueis		(103)	11	(92)		-	-	-	
Provisão líquida - PECLD		(40)		(40)					
Tributos		(59)	35	(24)		-	-	-	
Depreciação e amortização	17.4	(2.493)	2.484	(9)		(3)	-	(3)	
Outros gastos operacionais	17.1	(440)	(3.138)	(3.578)		(8)	(54.003)	(54.011)	
Resultado da atividade		9.277	20.496	30.223		(149)	75.243	75.094	
Resultado financeiro		110		131		331		-	331
Despesas financeiras		193		(86)		(33)		-	(33)
Receitas financeiras		(86)		193		364		-	364
Outros resultados financeiros, líquidos		3	21	24					
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		9.387	20.946	30.354		182	75.243	75.425	
Despesa com impostos sobre os lucros	17.2	(520)	(8.043)	(8.562)		(24)	(25.583)	(25.607)	
Lucro líquido do exercício		8.867	12.903	21.792		158	49.660	49.818	
Lucro por ação									
Lucro básico e diluído do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,09		0,25		0,00		0,55	

17.1. Concessão do serviço público (Ativo contratual)

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- (ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

17.2. Tributos diferidos

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos, na contabilidade societária, são aplicados imposto de renda e contribuição social sobre a margem de construção, bem como PIS e Cofins sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato, durante a fase de construção e são realizados a partir da fase de operação até o prazo final da concessão.

17.3. (Prejuízos) acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

17.4. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009, tendo sido revisada e atualizada pela resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

17.5. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2020	2019
Saldos PL conforme contabilidade societária	154.633	138.665
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(66.518)	(53.592)
Efeitos da aplicação do CPC 47	(102.136)	(81.169)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	35.618	27.577
Saldos PL conforme contabilidade regulatória	88.115	85.073

17.6. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2020	2019
Lucro líquido societário do exercício	21.792	49.818
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(12.925)	(49.660)
Efeitos da aplicação do CPC 47	(20.967)	(75.243)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	8.042	25.583
Lucro líquido do exercício regulatório	8.867	158